

DECISÃO N° 1881944, DE 10 DE MAIO DE 2022

DECISÃO DE NÃO RETRATAÇÃO

EM FACE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 25765.258195/2016-69
Autuada: VRG LINHAS AÉREAS S.A.
AIS n.: 2145215/16-6
Expediente do Recurso n.: 3333834/21-5

Vieram os presentes autos a esta Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações Sanitárias para análise recursal, em atenção ao disposto no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ao art. 9º e parágrafos c/c o art. 11, §1º, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, que estabelecem que o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à avaliação da autoridade superior.

Condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a autuada apresentou o recurso tempestivo de fls. 47 a 59, no qual, pelos motivos ali expostos, requereu o não prosseguimento da autuação.

Inicialmente, cumpre-me ressaltar que não observo nos autos a ocorrência da prescrição em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999. Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Ao exame dos autos, verifico que foram atendidos os pressupostos de admissibilidade recursais previstos no art. 6º da Resolução - RDC nº 266, de 2019. No entanto, em análise ao processo e às alegações apresentadas pela autuada, não verifico elementos que ensejem a revisão da decisão proferida, tanto no que se refere à legalidade dos documentos processuais, quanto no que diz respeito ao mérito da infração que lhe é imputada.

A autuada se limita a repetir os argumentos que já

foram apresentadas na defesa, o que considero que já foi suficientemente rebatido na manifestação do servidor autuante e na decisão de primeira instância.

Adicionalmente esclareço que não nulidade no AIS por violação ao princípio da ampla defesa e do contraditório. Apesar de não haver a expressa menção ao voo inspecionado, o auto menciona o prefixo da aeronave. Tal informação, juntamente com a data, hora e aeroporto em que foi verificada a infração, permite saber qual foi o voo inspecionado.

Explico ainda que o prefixo aeronáutico é único para cada aeronave, funcionando como identificação (algo similar às placas dos automóveis). É composto por dois dígitos iniciais, sinalizando a nacionalidade, seguido por uma combinação de três letras ou números. Assim, o apontamento do prefixo GGO, descrito no AIS, indica com segurança qual a aeronave inspecionada.

Ademais, considero que a penalidade foi proporcionalmente aplicada, tendo como base o porte da autuada (Grande Porte - Grupo I), seus antecedentes (primária) e o risco sanitário da infração (alto).

Desse modo, conheço do recurso interposto e, por não acolher os argumentos oferecidos pela autuada, mantenho a decisão anteriormente proferida.

Encaminhem-se os autos à Gerência-Geral de Recursos para julgamento em segunda instância administrativa, nos termos do art. 3º da Resolução - RDC nº 266, de 2019.

RAIANNE LIBERAL COUTINHO

Autoridade julgadora - Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020
Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações
Sanitárias
CAJIS/DIRE4/ANVISA



Documento assinado eletronicamente por **Raianne Liberal Coutinho, Assistente**, em 10/05/2022, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1881944** e o código CRC **1C9E3C16**.
